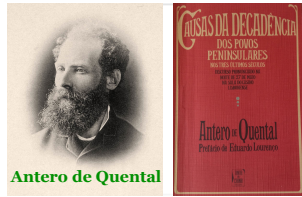
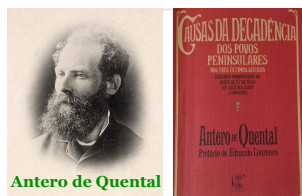
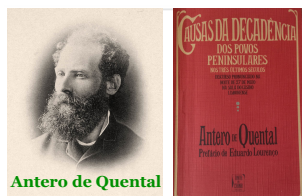
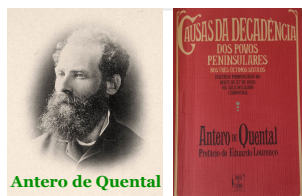
lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma contínua vigilância. Os privilégios da nobreza e do clero, por um lado, e, pelo outro, as instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilações o peso da coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península. No século XVI, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais. Abaixou a nobreza, é verdade, mas só em proveito seu: o povo nunca lucrou com essa revolução. O que é certo é que perdeu a liberdade.

A vida municipal afrouxa gradualmente: as comunas espanholas, depois dum sangrento protesto, caem exânimes aos pés dum rei, que nem sequer era inteiramente espanhol. As instituições locais, cercadas por todos os lados, sentem faltar-lhes em volta o ar, e o chão debaixo de si. Quem poderá jamais contar essas invasões surdas, insensíveis do poder real no terreno do povo, essas lutas subterrâneas, as abdicações sucessivas da vontade nacional nas mãos de um homem, as resistências infelizes, a longa e cruel história do desaparecimento dos foros populares? É uma história tão triste quanto obscura, que ninguém fez nem fará jamais! Vê-se o desfecho do drama:

os incidentes escapam-nos. Mas ao lado dessa luta surda, houve outra manifesta, cuja história se erguerá sempre como um espectro vingador, para acusar a realeza. Essa luta é a grande guerra *communera* das cidades espanholas. Vencidas, esmagadas pela força, as cidades espanholas encontraram um herói, de cujo peito saiu ardente um protesto, que será eterno como a condenação de quem o provocou. Eis aqui o que D. Juan de Padilla, chefe dos *communeros*, escrevia à sua cidade de Toledo, horas antes de ser decapitado. "A ti, cidade de Toledo, que és a coroa de Espanha, e a luz do mundo, que já no tempo dos Godos eras livre, e que prodigalizaste o teu sangue para assegurar

a tua liberdade e a das cidades tuas irmãs, Juan de Padilla, teu filho legítimo, te faz saber que pelo sangue do seu corpo mais uma vez vão ser renovadas as tuas antigas vitórias...” A cabeça de Padilla rolou, e com ele, decapitada também, caiu a antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra de um túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do absolutismo, prostando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei

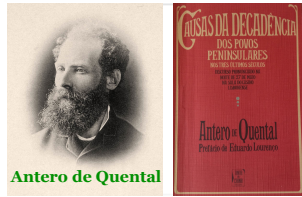
D. João III esse rei *fanático e de ruim condição*, Filipe II, o *demónio do Meio-Dia*, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realeza absoluta, enfatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela *loucura cesariana*, com que a natureza faz expiar aos déspotas a desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspecção, confiaram as nações cegamente os seus destinos! Se Filipe II não fosse absoluto, jamais teria podido tentar o seu absurdo projecto de conquistar a Inglaterra, não teria

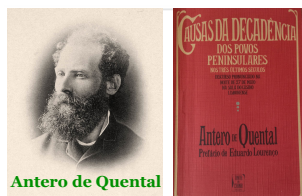
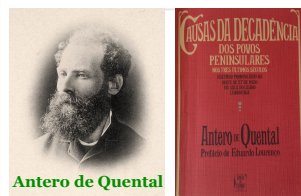
feito sepultar nas águas do oceano, com a *invensível armada*, milhares de vidas e um capital prodigioso inteiramente perdido. Se D. Sebastião não fosse absoluto, não teria ido enterrar em Alcácer Quibir a nação portuguesa, as últimas esperanças da pátria.
Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelo frutos muito de populares. A *burguesia*, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados.

3. Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos

Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabêmo-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca; a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da *burguesia*, a classe moderna por excelência, civilizada e iniciadora, já na indústria,

já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe usar dela. As revoluções podem chamar por ele, sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular! A estas influências

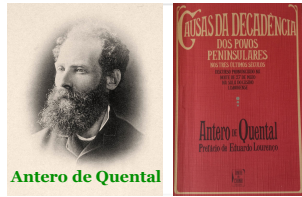
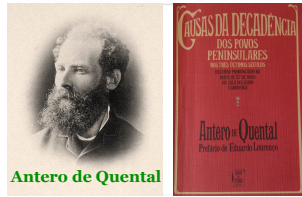
deletérias, a estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política, junta-se uma terceira, de carácter sobretudo económico: as *Conquistas*. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, sem que pese aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo nacional. Tanto mais que um erro económico

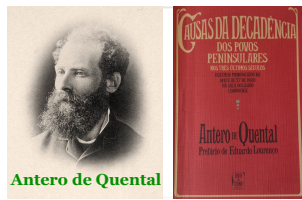
não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrépida peninsular. A moralidade subjectiva desse movimento é indiscutível perante a história; são do domínio da poesia, e sê-lo-ão sempre, acontecimentos que puderam inspirar a grande alma de Camões. A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopeia: é a Economia Política, Calíope dum mundo novo, senão tão

belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo. Ora, é à luz da Economia Política que eu condeno as Conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heróicos na idade moderna: enganámo-nos; não era possível; caímos. Qual é, com efeito, o espírito da idade moderna? É o espírito de *trabalho* e de *indústria*: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é além disso um capital morto, consumindo sem resultado. É necessário que o trabalho, sobretudo a indústria agrícola, o fecunde, lhe dê vida. Domina todo esse assunto uma lei económica, formulada por Adão Smith,

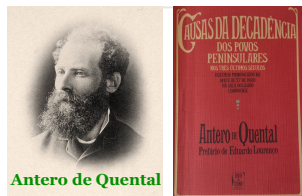
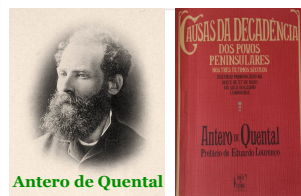
um dos pais da ciência, nas seguintes palavras: "o capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias." Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália, e com o comércio do mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente do mundo. Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase a inveja das nações. Pelo contrário, nós, portugueses e espanhóis, que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa

indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura espanhola, das Castelas, aonde se não encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!
Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século XVI, porá em evidência, com factos significativos, essa influência perniciosa do espírito de conquista no mundo económico. Esses factos são extraídos de três obras, cuja autoridade é incontestável: a *Memória* histórica de Alexandre Gusmão sobre a agricultura portuguesa; o livro de Camillo Pallavicini *La economia agraria del Portogallo*;

e a *História da Agricultura em Portugal*, pelo sr. Rebelo da Silva. Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o carácter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o *povoador*, o *lavrador*, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do país desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho.
As armadas, que mais tarde dominaram os mares, saíram das matas semeadas por D. Dinis. No reinado de D. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam.

A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha forneciam-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século XV vinham os navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado, e frutas secas, que espalhavam depois, pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também uma activo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de D. João II chegara a população a muito perto dos

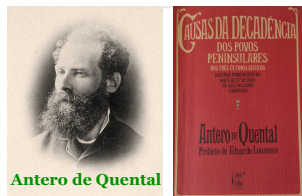
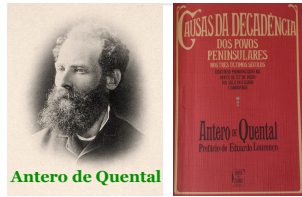
três milhões de habitantes... Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que escassamente excedia um milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo!
Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural

aflui para ali, abandona os campos, e vem aumentar
nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade
ou do vício. A cultura diminui gradualmente.
Com essa diminuição, e com a depreciação relativa
dos metais preciosos pela afluência dos tesouros do Oriente
e América, os cereais chegam a preços fabulosos.
O trigo, que em 1460 valia 10 réis por alqueire, tem subido,
em 1520, a 20 réis, 30 e 35! Por isso o preço nos mercados
estrangeiros nem sequer pode cobrir o custo originário;
a concorrência doutras nações, que produziam mais barato,
esmaga-nos. Não só deixámos de exportar, mas passamos
a importar; "do reinado de D. Manuel em diante",

diz Alexandre Gusmão, “somos sustentados pelos estrangeiros.” Esse sustento podiam-no pagar os grandes, que a Índia e o Brasil enriqueciam. A multidão, porém, morria de fome. A miséria popular era grande. A esmola à portaria dos conventos e casas fidalgas passou a ser uma instituição. Mendigavam aos bandos pelas estradas. A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que nos empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação. As crónicas falam-nos de grandes fomes. Por tudo isto, decrescia a olhos vistos a população. Que remédio se procura a este mal?

Um mal incomparavelmente maior: a escravidão! Tenta-se introduzir o trabalho servil nas culturas, com escravos vindos de África! Felizmente, não passou de tentativa. Era a transformação dum país livre e civilizado, numa coisa monstruosa, uma oligarquia de *senhores de roça*! A barbaridade dos devastadores da América, transportada para o meio da Europa! Com estes elementos o que se podia esperar da indústria? Uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importávamos tudo: de Itália, sedas,

veludos, brocados, massas; da Alemanha: vidro; de França, panos, de Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vai-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para gozar, dissipar esterilmente. A vida concentra-se na capital. Os nobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, aonde viviam em certa comunhão com o povo, e vêm para a corte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador, faz-se lacaio: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem duma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de oriental.

Do luxo desenfreado, ao vício, à corrupção, mal dista um passo. A paixão do jogo estendeu-se terrivelmente: jogava-se na tavolagens, e jogava-se nos palácios.
O ócio, acendendo as imaginações, levava pelo galanteio às intrigas amorosas, às aventuras, ao adultério, e arruinava a família. Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus mendigos e de rufiões.
Ao longe, fora do país, foram outras as consequências do espírito de conquista, mas igualmente funestas.
A escravatura (além de todas as suas deploráveis consequências morais) esterilizou pelo trabalho servil. Só o trabalho livre é fecundo: só os resultados do trabalho livre

são duradoiros. Das colónias, que os Europeus fundaram no Novo Mundo, quais prosperáram? Quais ficáram estacionárias? Prosperáram na razão directa do trabalho livre: o Norte dos Estados Unidos mais do que o Sul; os Estados Unidos mais do que o Brasil.
E essa jovem Austrália, cuja população duplica todos os 10 anos, que já exporta para a Europa os seus produtos, cujas instituições são já hoje modelo e inveja para os povos civilizados, e que será antes de um século uma das maiores nações do mundo, a que deve ela essa prosperidade fenomenal, senão ao influxo maravilhoso do trabalho livre, numa terra que ainda não pisou o pé de um homem,

que se não dissesse livre? A Austrália tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura! Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual - o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória futuras... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre interesse

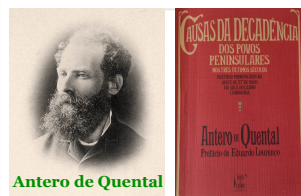
honroso e interesse vil; só as grandes acções de esforço heróico são belas a seus olhos; para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição, que nos apresenta D. João de Castro, depois de uma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Sintra, aonde se dava àquela *estranha e nova agricultura* de cortar árvores de fruto, e plantar em lugar delas árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo.

E já que falei em D. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire, que era padre, que nunca vira a Índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de D. J. de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso académico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal de glória à antiga, *glória clássica*, através do qual nos faz ver continuamente as acções do seu herói.
Há dois séculos que lemos todos o D. João de Castro de Jacinto Freire, e acostumámo-nos a tomar aquela fantasia

de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseámos com isto o nosso juízo, e a crítica duma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exactamente o contrário daquela. Uma só coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo; mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos, e dum modo muito diverso. Foi aquele género de heroísmo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou! Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles

povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradoiro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas, por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-nas ou condenam-nas os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização superior àquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos Ingleses é justa, porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos

portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros *benefícios*, que levámos àqueles povos, foi a Inquisição; os Espanhóis fizeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos!)

era completamente anulado por aquela ameaça constante do terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desapareceram em menos de 60 anos! Em menos de 60 anos são destruídos dez milhões de homens! Dez milhões! Estes algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingénuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que se lhes impunha com as armas! Bartolomeu de las Casas, bispo de Chiapa,

um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades; consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes; por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! O obra da destruição era fatal, tinha de se consumar, e consumou-se.

Há com efeito, nos actos condenáveis dos povos peninsulares, nos erros da sua política, e na decadência que os colheu, alguma coisa de fatal: é a lei da evolução histórica, que inflexível e impassivelmente tira as consequências dos princípios uma vez introduzidos na sociedade. Dado o catolicismo absoluto, era impossível

que se lhe não seguisse, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espírito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. Os erros políticos e económicos saíam daqui naturalmente; e de tudo isto, pela transgressão das leis da vida social, saía naturalmente também a decadência sob todas as formas.

E essas falsas condições sociais não produziram somente os efeitos que apontei. Produziram um outro, que por ser invisível e insensível, nem por isso deixa de ser o mais fatal. É o abatimento, a prostração do espírito nacional,

pervertido e atrofiado por uns poucos de séculos da mais nociva educação. As causas, que indiquei, cessaram em grande parte; mas os efeitos morais persistem, e é a eles que devemos atribuir a incerteza, o desânimo, o mal-estar da nossa sociedade contemporânea. À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno, este adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX que é quase a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa. Já não cremos, certamente, com o ardor apaixonado e cego dos nossos avós, nos dogmas católicos:

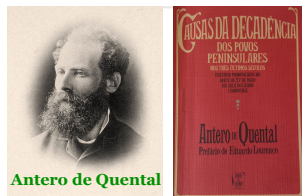
mas continuamos a fechar os olhos às verdades descobertas pelo pensamento livre. Se a Igreja nos incomoda com as suas exigências, não deixa por isso também de nos incomodar a Revolução com as suas lutas. Fomos os portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os portugueses indiferentes do século XIX. Por outro lado, se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gostos talvez) de que as governem, persiste a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais. Entre o *senhor rei* de então, e os *senhores influentes* de hoje,

não há tão grande diferença: para o povo é sempre a mesma servidão. Éramos *mandados*, agora somos *governados*, os dois termos quase que se equivalem. Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espírito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdámos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um *emprego*: o que não podem, sem indignidade, é *trabalhar*! Uma fábrica, uma oficina,

uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobretudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações: nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. É o fruto que colhemos duma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas! Dessa educação, que a nós mesmos demos durante

três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob a forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.
Que é pois necessário para readquirismos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os actos deles: mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida

emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao *catolicismo*, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Opunhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos económicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um

carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à *inércia industrial*, opunhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século; esta deve também ser a nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente

esse espírito. O seu nome é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz; não quer dizer licença, mas sim ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível; só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz porque é o verbo humano por excelência.

Meus senhores: há 1 800 anos apresentava o mundo romano um singular espectáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía, mas que, ao seu aluir-se, se debatia, lutava, perseguia, para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão; ao lado dela,

no meio dela, uma sociedade nova, embrionária,
só rica de ideias, aspirações e justos sentimentos, sofrendo,
padecendo, mas crescendo por entre os padecimentos.
A ideia desse mundo novo impõe-se gradualmente ao
mundo velho, converte-o, transforma-o; chega um dia em
que o elimina, e a humanidade conta mais
uma grande civilização.
Chamou-se a isto o Cristianismo.
Pois bem, meus senhores:
o Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo;
a Revolução não é mais do que o
Cristianismo do mundo moderno.